

O Relato Ambiental nas Empresas Portuguesas Cotadas de 2005 a 2010

Carlos Mata

Professor Adjunto da Escola Superior de Ciências Empresariais do
Instituto Politécnico de Setúbal
Doutorando em Gestão especialidade de Contabilidade
Setúbal – Portugal
E-mail: carlos.mata@esce.ips.pt

Ana Fialho

^bProfessora Auxiliar da Universidade de Évora
Doutorada em Ciências Económicas e Empresariais
Évora – Portugal
E-mail: afialho@uevora.pt

Teresa Eugénio

^cProfessora Adjunta da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria,
Instituto Politécnico de Leiria
Doutorada em Gestão
Leiria – Portugal
E-mail: teresa.eugenio@ipleiria.pt

Área Temática: Responsabilidade Social Corporativa

Palavras-Chave: Relato Ambiental; Fatores Determinantes; Análise Conteúdo; Portugal.

O Relato Ambiental nas Empresas Portuguesas Cotadas de 2005 a 2010

1. Objetivos

O relato de informação ambiental nas organizações pode ser de carácter obrigatório ou voluntário (Monteiro e Albar-Guzmán, 2010). As informações ambientais de carácter obrigatório, são exigidas pela legislação (leis ou regulamentação contabilística), as voluntárias são resultantes de diretrizes ou recomendações (Cormier e Magnan, 2003).

O relato voluntário procura eliminar a assimetria de informação entre as partes interessadas internas e externas, e em particular os potenciais investidores. De acordo com Cormier e Magnan (2003) a ausência de informação sobre o desempenho ambiental pode implicar o não investimento na empresa. Assim, o relato ambiental voluntário pode ser interpretado como uma forma das empresas reduzirem os riscos de informação e, consequentemente, os custos associados dos potenciais e reais investidores (Brammer e Pavelin, 2006).

Este estudo tem como objetivo geral avaliar o nível de divulgação de informação ambiental, pós adoção das *International Accounting Standard* (IAS), das empresas portuguesas cotadas no PSI20. Deste objetivo geral, derivam os três seguintes objetivos específicos:

- Analisar a informação ambiental obrigatória divulgada no Relatório e Contas;
- Analisar a informação ambiental voluntária divulgada no Relatório e Contas;
- Identificar os fatores determinantes da divulgação de informação ambiental.

Para alcançar os dois primeiros objetivos específicos, foram elaboradas duas grelhas: Grelha 1 – Informação Obrigatória, de acordo com o preconizado pelas IAS que abordam a temática ambiental; e Grelha 2 – Informação Voluntária, de acordo com a literatura existente.

Assim, face ao primeiro objetivo da investigação, foram formuladas duas hipóteses sobre a informação divulgada, obrigatória e voluntária, após a adoção das IAS:

- H1 - As empresas divulgam informação ambiental de acordo com o definido pelas IAS.
- H2 - As empresas divulgam informação ambiental voluntariamente.

Pretende-se ainda identificar o tipo de documentos ou em que parte destes documentos é efetuada a divulgação desta informação.

Alguns estudos procuram identificar os fatores que influenciam a divulgação deste tipo de informação, como por exemplo (Monteiro e Gruzman, 2010; Branco e Rodrigues, 2008; De Villiers e Staden, 2006; Cormier et al. 2005; Adams e Kausirikun, 2000;

Adams et al., 1998): dimensão (total do ativo ou o número de trabalhadores ou volume de negócios), rentabilidade, sector de atividade, estar cotada em bolsa, o país de origem dos detentores do capital e ter certificação ambiental.

Para alcançar o terceiro objetivo específico, será efetuada uma análise dos fatores que influenciam a divulgação de informação ambiental e a sua inter-relação.

Assim, formulamos um conjunto de hipóteses de investigação que relacionam o nível de divulgação ambiental (variável dependente) com as variáveis independentes identificadas nos estudos referidos anteriormente que vão ser objeto de análise: o sector de atividade; a rentabilidade; o endividamento; o controlo do capital; a internacionalização; e a certificação ambiental.

2. Variáveis e Hipóteses

2.1. Sector de atividade

Diversos estudos discutem a importância do sector de atividade como fator que influencia as práticas de relato ambiental (Monteiro e Guzman, 2010; Branco e Rodrigues, 2008; De Villiers e Staden, 2006; Adams et al., 1998; Gray et al., 1995b). As empresas de sectores mais sensíveis a riscos ambientais e expostos a regulamentação, tais como os sectores químico, celulose e papel, combustíveis, indústria extrativa, indústria de eletricidade (Coetzee e Staden, 2011; Clarkson et al. 2011; Laine, 2010 e 2009; Freedman e Stagliano, 2008; De Villiers e Staden, 2006; Deegan e Blomquist, 2006), tendem a divulgar mais informação do que as empresas que não estão tão sujeitas a esses riscos e, conseqüentemente, à pressão da comunidade, em geral, e do Estado, em particular, tendo como objetivos minimizar ou eliminar as sanções legais e alcançar a legitimidade junto dos *stakeholders*.

Este fator permite, criar grupos de observação no sentido de identificar semelhanças e diferenças entre grupos de empresas de sectores distintos. A literatura sugere que as empresas do mesmo sector de atividade possuem práticas de divulgação semelhantes e que os sectores com maior impacto ambiental dão um maior relevo ao *relato* de matérias ambientais (Branco e Rodrigues, 2008; Deegan et al. 2002; Adams et al. 1998; Gray et al. 1995b).

2.2. Rendibilidade

Os estudos sobre a relação entre rendibilidade das empresas e o nível de relato ambiental, apresentam diferentes resultados. Archel e Lizarraga (2001) concluíram

que não existe uma relação significativa entre a rentabilidade e o nível de divulgação ambiental. Já Cohen et al. (1987) demonstraram que existe uma relação positiva entre a rentabilidade e o nível de divulgação ambiental.

2.3. Endividamento

Alguns estudos consideram que a legitimidade, a reputação e a confiança podem acrescentar valor económico e financeiro ao valor de mercado da empresa. Os custos associados às práticas de responsabilidade social podem contribuir para a empresa alcançar diversos benefícios (Simnett et al., 2009; Brammer e Pavelin, 2006): redução dos custos de agência, obtenção de financiamento, redução de passivos ambientais, aumento do valor da marca e melhoria da reputação. Assim, o endividamento das empresas é um fator significativo e normalmente associado ao nível de divulgação de informação.

2.4. Controlo do capital

O país de origem das empresas pode influenciar o relato ambiental praticado nas suas filiais, noutros países (Amran e Devi, 2008; Jorgensen e Soderstrom, 2008; Frost, 2007; Gao et al., 2005; Moneva e LLena, 2000; Adams et al., 1998; Gray et al., 1995a). Num país com maior nível de consciência social é esperado que as empresas relatem mais informação voluntária sobre aspetos da contabilidade social e ambiental. Assim, o país de origem dos detentores de capital, dada a economia e cultura nacional, a legislação, a normalização contabilística, a existência de grupos de pressão e o desenvolvimento do mercado de capitais, tem sido utilizado como variável explicativa para as práticas/nível de divulgação de informação ambiental. Deste modo, importa analisar as empresas por país de origem do capital para identificar eventuais diferenças (Adams e Kausirikun, 2000) já que esta variável pode influenciar as práticas de relato ambiental das suas subsidiárias (Monteiro e Aibar-Guzmán, 2010).

2.5. Internacionalização

As empresas que estão presentes em mais do que um mercado de valores enfrentam uma maior pressão para a divulgação de informações, dado o maior número de acionistas (Silva, 2013) e maior exposição, sendo os Relatórios e Contas a principal fonte de informação. Também segundo Meek et al. (1995) as empresas que possuem os seus títulos e valores mobiliários negociados em mercados de valores

internacionais enfrentam uma maior pressão para a divulgação de informações relativamente às empresas cotadas unicamente nas Bolsas de Valores dos seus países de origem.

2.6. Certificação ambiental

As empresas com certificado de gestão ambiental possuem uma maior tendência para o relato ambiental, pelo facto da estrutura organizacional estar orientada para a valorização desta temática (Sumiani et al., 2007). A implementação de um sistema de gestão ambiental, certificado de acordo com a norma ISO14001 ou pelo EMAS (Sistema Comunitário de Ecogestão e Ecoauditoria), facilita o relato ambiental dado que as empresas com essas certificações dispõem de um sistema de informação institucionalizado para evidenciar as suas práticas, bem como pretendem divulgar os resultados alcançados com o sistema de gestão ambiental (Monteiro e Guzmán, 2010; Mitchell e Hill, 2009; Jorgensen e Sodestrom, 2008; Sumiani et al., 2007).

2.7. Hipóteses

Em síntese, vamos analisar as seguintes hipóteses e as relações entre as variáveis independentes e a variável dependente:

Variável	Hipóteses
Sector de Atividade	H3 - Existe uma associação positiva entre o sector de atividade das empresas e a divulgação de informação ambiental.
	H4 - As empresas de setores de atividade sensíveis ao ambiente apresentam maiores índices de divulgação de informação ambiental.
Rendibilidade	H5 - A rendibilidade das empresas influencia positivamente o nível de divulgação de informação ambiental.
Endividamento	H6 - O endividamento das empresas influenciam positivamente o nível de divulgação de informação ambiental.
Controlo do Capital	H7 - Existe uma associação positiva entre o controlo do capital da empresa e a divulgação de informação ambiental.
	H8 - As empresas com o capital maioritariamente detido por entidades estrangeiras apresentam maiores níveis de divulgação de informação ambiental.
Internacionalização	H9 - A internacionalização da empresa influencia positivamente o nível de divulgação de informação ambiental.

Certificação ambiental	H10 - Existe uma associação positiva entre a certificação ambiental e a divulgação de informação ambiental.
	H11 - As empresas com certificação ambiental apresentam maiores níveis de divulgação de informação ambiental.

3. Amostra

Para o estudo empírico selecionou-se uma amostra constituída por 10 empresas cotadas no PSI20 no período de 2005 a 2010, tendo por base a sua dimensão medida através do Ativo total. A opção por empresas cotadas justifica-se pelo objetivo do estudo que é analisar o nível de divulgação após a introdução das IAS, e estas empresas estão obrigadas a aplicar as IAS desde Janeiro de 2005.

4. Método de Recolha dos Dados

Para obtenção dos dados recorreremos à metodologia de análise de conteúdo do relatório e contas das empresas selecionadas, dado que esta é a metodologia adoptada na maioria dos estudos que visam a análise da informação ambiental divulgada pelas empresas nos seus relatórios e contas (De Villiers e Staden, 2006; Gray et al., 1995a).

Unerman (2000) demonstra, através de um estudo longitudinal à comunicação corporativa da Shell, que a informação ambiental divulgada no relatório e contas representa apenas uma pequena parte da totalidade da informação relatada pela empresa. Contudo, o relatório e contas continua a ser o documento mais utilizado na análise do relato ambiental dadas as vantagens que lhe são atribuídas, nomeadamente pela obrigatoriedade de elaboração, o seu acesso ser relativamente fácil a longo prazo, ser dirigido a vários *stakeholders*, apresentar maior credibilidade e ampla distribuição, sendo também um meio em que as empresas podem divulgar informação de carácter voluntário (incluindo ambiental) satisfazendo os diferentes *stakeholders* (Llena et al., 2007; Deegan et al., 2002).

Referências Bibliográficas

Adams, C. e Kausirikun, N. (2000), "A comparative analysis of corporate reporting on ethical issues by UK and German chemical and pharmaceutical companies", *European Accounting Review*, Vol. 9, nº 1, pp. 53–79.

Adams, C.; Hill, W. e Roberts, C. (1998), "Corporate social reporting practices in Western Europe: Legitimizing corporate behaviour?", *British Accounting Review*, Vol. 30, nº 1, pp. 1-21.

Amran, A. e Devi, S. (2008), "The impact of government and foreign affiliate influence on corporate social reporting: the case of Malaysia", *Managerial Auditing Journal*, VOL. 23, Nº 4, PP. 386-404.;

Archel, P. e Lizarraga, F. (2001), Algunos determinantes de la información medioambiental divulgada por las empresas españolas cotizadas", *Revista de Contabilidad*, Vol. 4, nº 7, pp. 139-153.

Brammer, S. e Pavelin, S. (2006), "Voluntary environmental disclosures by large UK companies", *Journal of Business Finance & Accounting*, Vol. 33, nº 7 e 8, pp. 1168-1188.

Branco, Manuel e Rodrigues, Lúcia (2008), "Factors influencing social responsibility disclosure by portuguese companies", *Journal of Business Ethics*, Vol. 83, pp. 685-701.

Clarkson et al. (2011). Environmental reporting and its relation to corporate environmental performance. *ABACUS*, Vol. 47, nº 1, pp. 27-60.

Coetzee, Charmaine e Staden, C. (2011), "Disclosure responses to mining accidents: South African evidence", *Accounting Forum*, Vol. 35, pp. 232-246.

Cormier, C.; Magnan, M. e Van, B. (2005), "Environmental disclosure quality in large German companies: Economic incentives, public pressures or institutional conditions?", *The European Accounting Review*, Vol. 14, nº 1, pp. 3-39.

Cormier, D. e Magnan, M. (2003), "Environmental reporting management: a continental European perspective", *Journal of Accounting and Public Policy*, Vol. 22, pp. 43-62.

Cowen, S. S., Ferreri, L. B., & Parker, L. D. (1987),"The impact of corporate characteristics on social responsibility disclosure: a typology and frequency-based analysis", *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 12, nº 2, pp. 111-122.

De Villiers, C. e Staden, C. (2006), "Can less environmental disclosure have a legitimizing effect? Evidence from Africa", *Accounting, Organizations and Society*.

Deegan, C. e Blomquist, C. (2006), "Stakeholder influence on corporate reporting: an exploration of the interaction between WWF-Australia and the Australian minerals industry", *Accounting, Organizations and Society*, Vol. 31, nº 4/5, pp. 346-372.

Deegan, C.; Rankin, M. e Tobin, J. (2002), "An examination of the corporate social and environmental disclosures of BHP from 1983-1997 – A test of legitimacy theory", *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 15, nº 3, pp. 312-343.

Freedman, Martin e Stagliano, A.J. (2008), Environmental disclosures: electric utilities and Phase 2 of the Clean Air Act. *Critical Perspectives on Accounting*, Vol. 19, pp. 466-486.

Frost, G. (2007), "The introduction of mandatory environmental reporting guidelines: Australian evidence", *ABACUS*, Vol. 43, nº 2, pp. 190-216.

Gao, S.; Heravi, S. e Xiao, J. (2005), "Determinants of corporate social and environmental reporting in Hong Kong: a research note", *Accounting Forum*, nº 29, pp. 233-242.

Gray, Rob; Kouhy, Reza e Lavers, Simon (1995a), "Corporate social and environmental reporting. A review of the literature and a longitudinal study of UK Disclosure", *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 8, nº 2, pp. 47-77.

Gray, Rob; Kouhy, Reza e Lavers, Simon (1995b), "Methodological themes. Constructing a research database of social and environmental by UK companies", *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 8, nº 2, pp. 78-101.

Jorgensen, B. e Soderstrom, N. (2008), "Environmental disclosure within legal and accounting contexts: an international perspective", University of Colorado at Boulder, Working paper.

Laine, Matias (2009), Ensuring legitimacy through rhetorical changes? A longitudinal interpretation of the environmental disclosures of a leading Finnish chemical company. *Accounting, Auditing & Accountability Journal*, Vol. 22, nº 7, pp. 1029-1054.

Laine, Matias (2010), Towards Sustaining the status quo: Business talk of sustainability in finnish corporate disclosures 1987-2005. *European Accounting Review*, Vol. 19, nº 2, pp. 247-274

Llena, F.; Moneva, J. e Hernandez, B. (2007), "Environment disclosures and compulsory accounting standars: the case of spanish annual reports", *Business Strategy and the Environment*, Vol. 16, pp. 50-63.

McMurtrie, T. (2005), "Factors influencing the publication of social performance information: an Australian case study", *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, Vol. 12, pp. 129-143.

Meek, G.; Roberts, C. e Gray, S. (1995), "Factors influencing voluntarily annual report by U.S., U.K. and Continental European Multinational Corporations", *Journal of Internacional Business Studies*, Vol. 26, nº 3, pp. 555-572.

Mitchell, C. e Hill, T. (2009), "Corporate social and environmental reporting and the impact of internal environmental policy in South Africa", *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, Vol. 16, nº 1, pp. 48-60.

Moneva, J. e Llena, F. (2000), "Environmental disclosures in the annual reports of large companies in Spain", *The European Accounting Review*, Vol. 9, nº 1, pp. 7-29.

Monteiro, Sónia e Gúzman, Beatriz (2010), "Determinantes of environmental disclosures in the annual reports of large companies operating in Portugal", *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, Vol. 17, pp. 185-204.

Silva, Susana (2013), "IAS 38 – Divulgação de informação das atividades de I&D: caso de países com elevados níveis de I&D", *Jornadas Hispano-Lusas*, Málaga.

Simnett, R.; Vanstraelen, A. e Chua, W. (2009), "Assurance on sustainability reports: an international comparison", *The Accounting Review*, Vol. 84, nº 3, pp. 937-967.

Sumiani, Y.; Haslinda, Y. e Lehman, G. (2007), "Environmental reporting in a developing country: a case study on status and implementation in Malaysia", *Journal of Cleaner Production*, Vol. 15, pp. 895-901.

Unerman, J. (2000), "Methodological issues – reflections on quantification in corporate social reporting content analysis", *Accounting, Auditing and Accountability Journal*, Vol. 13, nº 5, pp. 667-680.